



Consulta Pública sobre a Cidadania da UE em 2015

opinião dos cidadãos da UE sobre os nossos valores comuns, direitos e participação democrática

#EUCitizenship2016

Věra Jourová
Comissária da Justiça, Consumidores e Igualdade de Género



Direção-Geral da Justiça e dos Consumidores



A Comissão convidou cidadãos e organizações de toda a Europa a partilharem as suas experiências e transmitirem as suas expectativas relativamente ao futuro no que se refere aos direitos de cidadania da UE, incluindo a participação democrática e os valores comuns da UE. A consulta pública sobre a Cidadania da UE realizou-se entre 14 de setembro e 7 de dezembro de 2015.

Quem participou?

Participaram 2170 cidadãos e organizações de todos os 28 países da UE. A maioria dos participantes (56%) tinha menos de 40 anos. A repartição entre participantes femininos e masculinos foi de 47% e 53% respetivamente.

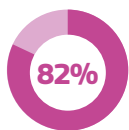
Em termos de nacionalidade, os italianos representam a percentagem mais significativa dos participantes (14%), seguidos de perto pelos britânicos, alemães e gregos (11% cada). Independentemente da nacionalidade, a percentagem mais elevada de respostas veio de europeus que vivem na Bélgica (16%), em Itália (11%), e na Alemanha (10%).

Mobilidade dos cidadãos na UE

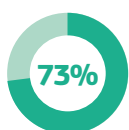
- 98% dos participantes já viajaram para outro país da UE pelo menos uma vez. Mais de 4 em cada 5 participantes que viajaram para outro país da UE fizeram-no mais do que uma vez por ano. Para a grande maioria dos participantes, a razão principal para viajar para outro país da UE prendeu-se com férias (94%), razões profissionais (66%) e visitas a família e amigos (58%).
- 60% dos participantes viveram ou estão a viver noutra país da UE durante pelo menos 3 meses. A maioria desses fê-lo por motivos relacionados com o trabalho (66%), a educação ou o voluntariado (64%) e por razões familiares (25%).
- 36% dos que viveram ou se encontram a viver noutra país da UE indicaram ter enfrentado dificuldades no exercício dos seus direitos enquanto cidadãos da UE após a mudança. Entre estes, 69% declararam que aquelas se deviam a procedimentos administrativos morosos ou pouco claros e 51% referiram não lhes ter sido possível encontrar informação suficiente ou não estar suficientemente informados sobre os seus direitos enquanto cidadãos da UE.

Opinião dos cidadãos sobre o que poderá ser feito para facilitar a mudança para outro país da UE

Quando planeiam mudar-se para outro país da UE Quando mudam para outro país da UE



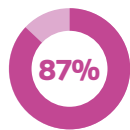
82% dos participantes consideraram que seria bastante útil a existência de informações práticas em linha por exemplo, sobre como registar-se como residente e nos cadernos eleitorais, criar uma empresa, aceitar um emprego, inscrever os filhos na escola, registar um automóvel, tratar da reforma, e outros assuntos no país para onde estão a considerar mudar-se.



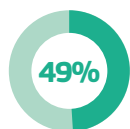
73% dos participantes são da opinião de que a existência de serviços administrativos eletrónicos, incluindo a possibilidade de preencher formulários administrativos em linha, ajudaria quem planeia mudar-se.



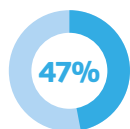
56% dos participantes apelam a uma maior cooperação entre as autoridades do país de origem e do país de destino para facilitar as formalidades quando se mudam para um novo país da UE.



87% dos participantes consideraram que a disponibilidade de informação e assistência em resposta a necessidades e questões individuais de recém-chegados através de portais web de balcão único facultados pelas autoridades seria uma boa maneira de os ajudar na mudança.

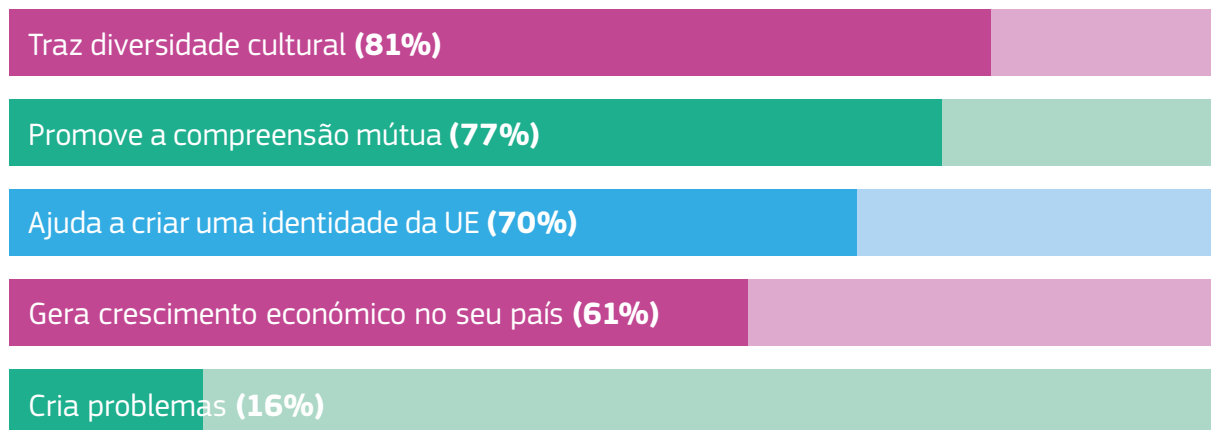


49% dos participantes consideraram que seriam benéficas no processo de mudança políticas destinadas a promover o diálogo intercultural, a compreensão mútua e a inclusão (tal como nas escolas).



47% dos participantes consideraram que seria útil dispor de apoio e assistência na observância dos seus direitos de UE através de entidades especializadas.

Os inquiridos na consulta consideraram que a livre circulação:



Os que consideraram que a livre circulação cria problemas tendem a referir razões de ordem prática.

Cidadãos e participação democrática

A cidadania da UE confere a cada cidadão da UE o direito de voto e de apresentar a sua candidatura nas eleições para o Parlamento Europeu. Os cidadãos da UE a viver noutro país da UE têm também o direito de votar e ser candidatos em eleições locais no país onde vivem. Mas até que ponto exercem os cidadãos da UE os seus direitos? Quais os problemas que enfrentam? O que os impede de participar plenamente na vida democrática da UE?

A participação dos cidadãos da UE nas eleições europeias e locais

- 82% dos participantes votaram nas eleições para o Parlamento Europeu no seu país de origem enquanto 22% dos participantes fez uso da possibilidade de votar no país onde se encontra a viver.
- 30% dos participantes indicaram que votaram ou se candidataram em eleições locais vivendo noutro país da UE.
- 21% dos participantes enfrentaram dificuldades ao tentarem votar nas eleições locais ou da UE ao viverem noutro país da UE. 51% desses indicaram que as dificuldades se prendiam com a inscrição nos cadernos eleitorais e 47% com informação insuficiente ou confusa sobre como votar.

Opiniões dos cidadãos sobre o que poderá ser feito para aumentar a participação dos cidadãos na vida democrática da UE

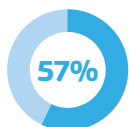
Que poderá ser feito para aumentar a participação dos cidadãos nas eleições europeias



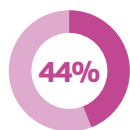
80% dos participantes consideraram que uma explicação das políticas da UE de forma mais clara encorajaria a votação nas eleições na UE.



65% dos participantes solicitaram mais informação sobre os candidatos e partidos nas eleições para o Parlamento Europeu.



57% dos participantes indicaram que deveria ser facultada mais informação sobre as eleições europeias.

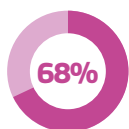


44% dos participantes solicitaram que fosse fornecida mais informação sobre as intenções e objetivos dos principais candidatos (os candidatos a Presidente da Comissão Europeia nomeados pelas famílias políticas europeias).

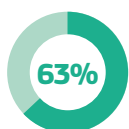


32% consideraram que a votação deveria ser tornada mais acessível na prática para todos, incluindo as pessoas com deficiência e idosos.

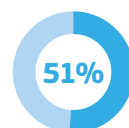
Que práticas específicas poderão facilitar a participação nas eleições locais ou europeias, por parte dos cidadãos que vivem noutro país da UE, **no país onde vivem?**



A possibilidade de votarem utilizando meios em linha/eletrónicos.

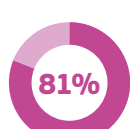


Registo automático nos cadernos eleitorais quando os cidadãos se registam como residentes.

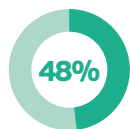


Cartas individuais a explicar como efetuar a inscrição e votar.

Que práticas específicas poderão facilitar o voto nas eleições locais ou europeias, por parte dos cidadãos a viverem noutro país da UE, **no seu país de origem?**



A possibilidade de votarem utilizando meios em linha/eletrónicos.



A possibilidade de votarem por correspondência.

Os participantes manifestaram, ao mesmo tempo, preocupação de que o voto eletrónico possa conduzir a potenciais fraudes (68%) ou pôr em causa o secretismo do voto (54%). could lead to potential fraud (68%) or had concerns in relation to secrecy of the vote (54%).

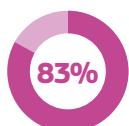
Cidadãos e a radiofusão política da UE

A maioria dos cidadãos europeus gostaria de obter mais informação de carácter político e de melhor qualidade sobre a UE através dos meios de comunicação social e da internet, não só do seu país de origem mais também de outros países da UE.

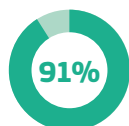
Para obter informação noticiosa e acesso a emissões de carácter político, por exemplo, sobre as eleições europeias:

- 72% dos participantes utilizaram plataformas da internet, depois os jornais (63%) e por fim a TV (62%).
- 65% dos participantes declararam ter acedido a notícias não só do seu país de origem mas também de outros países da UE.
- 53% dos participantes mostravam-se apenas parcialmente satisfeitos com as notícias e a radiofusão de informação política que receberam. Os participantes indicaram que uma melhor cobertura transfronteiriça poderia facultar-lhes informação política mais objetiva.

Opiniões dos cidadãos sobre o acesso à radiodifusão de notícias e emissões de carácter político sobre assuntos da UE



83% dos participantes gostaria de aceder à radiodifusão transfronteiriça de notícias e emissões de carácter político sobre assuntos relacionados com a democracia e as eleições europeias.



91% dos participantes consideraram que o acesso a essa informação transfronteiriça lhes permitiria formar opiniões mais claras sobre assuntos relevantes para a democracia na Europa.

Cidadãos e os valores comuns na UE

A UE assenta sobre valores comuns como a liberdade, democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais, incluindo a não-discriminação, a inclusão, a tolerância e o respeito pela diversidade.

- 90% dos participantes consideraram que deveria ser feito mais para a promoção e sensibilização para os valores comuns da UE.
- 91% dos participantes consideraram que essa promoção e sensibilização deveriam ser realizadas através do sistema de ensino.
- 72% dos participantes consideraram que essa promoção e sensibilização deveriam ser realizadas através da mobilidade dos jovens.
- 60% dos participantes consideraram que essa promoção e sensibilização deveriam ser realizadas através de atividades culturais.
- 54% dos participantes foram da opinião de que os valores comuns da UE podem ser promovidos através do trabalho juvenil ou da aprendizagem ou investigação na universidade.

Opiniões dos cidadãos sobre a promoção dos valores comuns da UE e participação reforçada



78% dos participantes defenderam que as autoridades locais e regionais deveriam desempenhar um papel mais importante na promoção dos valores comuns da UE.



88% dos participantes indicaram que a UE deveria dar maior voz aos cidadãos, especialmente aos jovens, na tomada de decisões democráticas através de consultas em linha e mecanismos de diálogo.

Pode consultar o relatório sobre a consulta pública em

http://ec.europa.eu/justice/citizen/document/files/2015_public_consultation_booklet_en.pdf

#EUCitizenship2016
<http://ec.europa.eu/justice/citizen>

